

Campanha monitora violência política de gênero contra mulheres

Iniciativa parte de deputadas federais e deverá colher denúncias vindas de todo o país

[\(Brasil de Fato, 18/12/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A luta feminista nos espaços de articulação política conta agora com um importante reforço: os casos de violência política contra mulheres passaram a ser registrados pela Câmara dos Deputados por meio do serviço “Fale Conosco”, vinculado institucionalmente à Casa.

A iniciativa é parte da campanha “Uma letra muda todo o contexto”, promovida pela Liderança da Minoria, em parceria com a Secretaria da Mulher e a Primeira-Secretaria da Câmara. A ideia é registrar casos de constrangimento ou punição impostos a mulheres durante sua atuação política. O recebimento das denúncias começou na última quarta-feira (11), no lançamento oficial da campanha, e passa a ser permanente.

“Essa não é uma campanha partidária, de frente ou bancada. É uma campanha da Câmara dos Deputados, que vai permanecer nas redes de comunicação da Casa. Essa violência alcança todas as mulheres que buscam protagonizar o espaço político e, no ano que vem, que é um ano eleitoral, pode alcançar ainda mais mulheres que querem se colocar nas disputas. Nós sofremos nas candidaturas e, se nos elegemos, sofremos ainda mais. Precisamos reagir a isso”, argumenta a líder da minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

A novidade se destina a ocorrências no âmbito do Poder Legislativo e em órgãos públicos dos diferentes níveis de poder, mas se estende também a outros espaços onde a violência ganha corpo. Esse é o caso dos ambientes relativos às candidaturas femininas, que vão desde os partidos políticos aos diversos espaços onde as campanhas interagem com o eleitor.

Com as próximas eleições municipais já em vista, a campanha deve servir como um radar para que a Câmara e o movimento de mulheres monitorem ações de violência política.

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS) a ação é particularmente importante até o período eleitoral, pois passa o recado de que “sem as mulheres e sem o respeito devido, não há democracia”.

O diretor-executivo da Secretaria de Participação, Interação e Mídias Digitais (Semid) da Câmara, Jorge Paulo, conta que é “imensurável” a quantidade de ofensas que chegam todos os dias pelos canais virtuais da instituição e são dirigidas a deputadas.

Com o lançamento da campanha, a secretaria espera incluir o debate sobre o tema nas mais diferentes atividades institucionais da Casa, principal ponto de circulação de pessoas no Congresso Nacional.

“Quando a gente tem uma visitação institucional na Casa, por exemplo, é interessante levar esse tema. A campanha vai alertar pra esse tipo de comportamento e conscientizar [as pessoas] para o fato de que ele está sendo reproduzido por uma questão cultural”, afirma.

Representatividade

As organizadoras apontam que a baixa representatividade feminina na política também ajuda a endossar o contexto de violência contra elas nos espaços de poder. Um estudo feito pela União Interparlamentar com deputadas de 39 países identificou que 81,8% das entrevistadas já haviam sofrido violência psicológica no exercício do trabalho, enquanto 44,4% delas relataram casos de ameaça.

Cerca de 25% das mulheres ouvidas disseram também ter sido alvo de violência política dentro do parlamento. Para 38,7% do total de entrevistadas, esse tipo de violência dificultou as ações dos seus mandatos e a sua plena liberdade de expressão.

Conforme a campanha lançada pela Câmara alcance maior popularização, as lideranças políticas envolvidas na criação do movimento esperam promover

maior reflexão sobre o tema, incentivando homens e mulheres de todas as gerações a reverem conceitos culturais que subjugam a figura feminina, em especial quando se trata da ocupação dos espaços de poder.

“Há um trato velado do preconceito que existe, até para tratar da questão de gênero. Alguns temas viraram tabu e você não pode abordar sequer na escola. Essa campanha pretende dar voz, mostrar o que precisa ser enfrentado pelo nosso país, inclusive a violência que, muitas vezes, nós mulheres praticamos com outras mulheres. É preciso falar a respeito de tudo isso”, defende a secretária da Mulher da Câmara, deputada Dorinha Seabra Rezende.

Canal

A campanha será permanente e ficará responsável pelo encaminhamento das denúncias, que deverão ser repassadas aos órgãos competentes para apuração de cada caso. De acordo com o conteúdo e o tipo de ocorrência, os relatos podem ser encaminhados para o Ministério Público, para as polícias ou outras instituições.

As denúncias devem ser feitas de forma virtual e não exigem identificação, permitindo o anonimato para aqueles que preferem não se identificar. O link para oficialização da denúncia é o https://camara.custhelp.com/app/utils/login_form/redirect/home

Por Cristiane Sampaio

Marielle era combinação rara de representação social e política

Com renda mais baixa, negras e pardas como a vereadora são maioria das mulheres no país

(Folha de S.Paulo, 19/03/2018 - acesse no site de origem)

Com base nas pesquisas nacionais do Datafolha, as mulheres que se auto classificam negras totalizam quase 10% da população adulta do país. Se somadas às que se dizem pardas, chegam a 31%, o que corresponde, segundo projeções sobre dados de 2017 do IBGE a, aproximadamente, 50 milhões de brasileiras. São a maioria das mulheres do país.

A representatividade sociológica “por espelho”, simbolizada na figura da [vereadora Marielle Franco](#) (PSOL), [assassinada na quarta-feira](#) (14) no Rio, não para por aí. Sua origem na Maré reflete-se na renda baixa do segmento —58% delas ganham até dois salários mínimos contra 48% da população.

A vereadora, no entanto, se descolou do grupo em escolaridade. O nível superior de Marielle só é observado em 17% do conjunto. Mulheres negras e pardas apresentam taxas de escolaridade inferior às que se dizem brancas, mas participam mais da população economicamente ativa, especialmente no mercado informal.

Para as eleições deste ano, elas integram um dos conjuntos que mais apoiam Lula (PT) presidente. Na pesquisa de dezembro de 2017, menções ao petista superavam a média em aproximadamente 10 pontos percentuais. Quando o nome do ex-presidente não aparecia na disputa, Marina Silva (REDE) atraía boa parcela do estrato e batia Bolsonaro (PSL).

No mesmo levantamento, a reprovação a Michel Temer (MDB) nesse estrato alcançava 81%, índice que superava em 10 pontos percentuais a média da população em geral e também o segmento de homens que se diziam negros e pardos.

Elas são um dos segmentos sociais que mais identificavam pioras na economia nos últimos meses de 2017.

Mas a comoção em relação à morte de Marielle não se resume à correlação de seu perfil com o emaranhado de dados sociodemográficos. Explica-se também pela personificação de algo raro no cenário político —a vereadora do PSOL representava interesses de seus eleitores.

Mesmo com votação expressiva em áreas ricas do Rio, suas bandeiras de campanha eram claras e atendiam principalmente às demandas das mulheres que espelhava.

Na pesquisa de dezembro do ano passado, por exemplo, nenhum outro segmento da população concordava tanto com a frase “a posse de armas deve ser proibida, pois representa ameaça à vida de outras pessoas”.

Entre as que se autotranscreviam negras e pardas, 67% defendiam a posição, índice que ia a 63% entre mulheres brancas, a 49% entre homens negros/pardos e a 40% entre brancos.

No levantamento feito pelo Datafolha em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública em julho do ano passado, as mulheres brasileiras de um modo geral eram as que mais tinham medo da violência.

Entre as que se declaram negras e pardas, no entanto, mais do que entre as brancas, destacam-se o pavor pela violência policial, por acusações de crimes que não cometeram e a prisão injusta de seus filhos. Os índices de temor superavam inclusive os observados entre os homens negros e pardos, maiores vítimas dessas ofensas.

Há 20 anos, em rodada de pesquisas qualitativas, o Datafolha concluía que o eleitor brasileiro, de um modo geral, buscava para presidente uma combinação da origem humilde de Lula e a formação acadêmica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). A personificação desses atributos numa mulher negra pode ter ameaçado os que temem uma democracia plena.

INVESTIGAÇÃO

No domingo (18), [manifestantes ocuparam um quarteirão da avenida Paulista](#) em ato contra o assassinato.

Marielle foi morta por volta das 21h30 da última quarta-feira (14) no bairro do Estácio, no centro do Rio, após deixar um encontro com mulheres negras. O veículo em que ela estava foi alvejado por tiros disparados de outro carro. O motorista da vereadora, Anderson Gomes, 39, também morreu.

Os criminosos fugiram sem roubar nada, indício de que o crime foi premeditado. Segundo o chefe da Polícia Civil, Rivaldo Barbosa, a morte pode ter sido uma “execução”, mas a investigação segue sob sigilo.

A apuração já concluiu que a munição utilizada no assassinato da vereadora e do motorista foi comprada pela Polícia Federal em 2006 e pertence ao mesmo lote encontrado na maior chacina da história do estado de São Paulo, em 2015. O ataque deixou 17 mortos nas cidades de Barueri e Osasco.

A morte da vereadora ocorreu dois dias antes de a intervenção federal na segurança pública do Rio completar um mês. A medida, inédita, foi anunciada pelo presidente Michel Temer (MDB) em 16 de fevereiro, com o apoio do governador Luiz Fernando Pezão, também do MDB.

Temer nomeou como interventor o general do Exército Walter Braga Netto. Ele, na prática, é o chefe das forças de segurança do estado, como se acumulasse a Secretaria da Segurança Pública e a de Administração Penitenciária, com PM, Civil, bombeiros e agentes carcerários sob o seu comando.

O Rio de Janeiro passa por uma grave crise política e econômica, com reflexos diretos na segurança pública. Desde junho de 2016, o estado está em situação de calamidade pública e conta com o auxílio das Forças Armadas desde setembro do ano passado.

Não há recursos para pagar servidores e para contratar PMs aprovados em concurso. Policiais trabalham com armamento obsoleto e sem combustível para o carro das corporações. Faltam equipamentos como coletes e munição.

A falta de estrutura atinge em cheio o moral da tropa policial e torna os agentes vítimas da criminalidade. Somente no ano passado 134 policiais militares foram assassinados no estado.

Policiais, porém, também estão matando mais. Após uma queda de 2007 a 2013, o número de homicídios decorrentes de oposição à intervenção policial está de volta a patamares anteriores à gestão de José Mariano Beltrame na Secretaria de Segurança (2007-2016). Em 2017, 1.124 pessoas foram mortas pela polícia.

Em meio à crise, a política de Unidades de Polícia Pacificadora ruiu - estudo da PM cita 13 confrontos em áreas com UPP em 2011, contra 1.555 em 2016. Nesse vácuo, o número de confrontos entre grupos criminosos aumentou.

Apesar da escalada de violência no Rio, que atingiu uma taxa de mortes violentas de 40 por 100 mil habitantes no ano passado, há outros estados com patamares ainda piores.

No Atlas da Violência 2017, com dados até 2015, Rio tinha taxa de 30,6 homicídios para cada 100 mil habitantes, contra 58,1 de Sergipe, 52,3 de Alagoas e 46,7 do Ceará, por exemplo.

Mauro Paulino e Alessandro Janoni

Brasil tem movimentos de mulheres mais estruturados do mundo, diz pesquisadora

Quando se fala em mulheres da América Latina, é comum fazer uma conexão imediata com números preocupantes de feminicídio, com a escassez de direitos e com uma forte cultura do estupro. Poucas vezes, porém, se fala das mudanças trazidas pela luta feminista em países como Brasil, Argentina e Chile - países que têm feito reformas interessantes em direção à igualdade de gênero, inclusive com reconhecimento e com a ajuda de órgãos internacionais como a ONU, e que tiveram, ao longo dos últimos 50 anos, governantes do sexo feminino.

[\(Revista Cult, 28/04/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Foi pensando nisso que as sociólogas Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar

iniciaram a pesquisa “50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios: Argentina, Brasil e Chile”, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, com a colaboração de autores de diversas universidades do Brasil e da América Latina.



Ato das mulheres em 8 de março de 2017, São Paulo (Foto: Mídia Ninja)

O resultado está no livro *50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile* (Edusp), cujo lançamento aconteceu nesta quinta (27), em São Paulo. A coletânea traz dez artigos que investigam as mudanças políticas e econômicas geradas pela luta feminina neste período, tratando de temas como a descriminalização do aborto, o papel das mulheres nas ditaduras, os movimentos das mulheres negras e a luta por direitos das pessoas *queer*.

Professora titular de Ciência Política na Universidade de Brasília e pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisa de Opinião Pública da Unicamp, Lúcia Avelar conversou com a **CULT** sobre os 50 anos de feminismos nesses países.



Ato de mulheres pela democracia em Santiago, durante o governo militar de Augusto Pinochet (1973-1990) (Foto: Kena Lorenzini/Wikimedia Commons)

CULT - Por que escolher a América Latina como objeto de estudo?

Lúcia Avelar - Na última década, houve um momento em que três mulheres ocupavam a Presidência da República na América do Sul: Cristina Kirchner na Argentina, Dilma Rousseff no Brasil e Michelle Bachelet no Chile. Todas foram eleitas pelo voto direto, em períodos democráticos. Além disso, os três países haviam passado por ditaduras militares, nas quais as mulheres também sofreram prisões, exílios, torturas. No entanto, fortaleceram-se em seus movimentos de base, tais como a luta por creches, por pagamento igual [ao masculino] pelo mesmo trabalho, na luta pelo fim da violência contra a mulher, por mais representatividade na sociedade e na política.

E por que o marco dos 50 anos de feminismo?

Quisemos definir uma época de maior adensamento dos movimentos feministas e de mulheres, e há um relativo consenso de que foi a partir da década de 1960 que as mulheres tiveram maior acesso à educação, maior autonomia como cidadãs e puderam ousar imaginar uma vida cujo destino ficaria além da rotina doméstica. Para nós, foi a partir daí que a visão de um universo muito diferenciado começou a fazer parte do imaginário das mulheres.

Na apresentação do livro, vocês dizem que o movimento de mulheres do Brasil, da Argentina e do Chile são “dos mais destacados nos círculos internacionais”. Por quê?

Por motivos e contextos diferentes, os três países têm destacadas formas de organização das mulheres. A Argentina, ainda na década de 1990, conseguiu uma mudança na legislação eleitoral, passando de lista aberta para lista fechada e com a obrigatoriedade de 30% de mulheres alternando com os parceiros masculinos. O resultado é que, hoje, a Argentina apresenta a maior taxa de representação política feminina da América Latina e serve como referência para os demais do Cone Sul.

O Brasil, embora não seja de amplo conhecimento dos brasileiros - porque as mídias dão pouco espaço para os feminismos -, é conhecido como o país de maior nível organizacional dos movimentos de mulheres. Sua estrutura vai do municipal ao regional, estadual e nacional, articulando-se em uma multiplicidade de redes que por sua vez transitam nas várias instâncias governamentais nacionais e internacionais. Claro, seu diálogo com as máquinas do Estado depende muito do governo de plantão. Não chegamos ao ponto semelhante a alguns países europeus em que as chamadas Agências de Políticas para as Mulheres, que se situam entre os movimentos e o Estado, façam parte definitiva do Estado, como um Ministério da Educação, por exemplo, com um Ministério de Políticas para as Mulheres.

O Chile apresenta um contexto organizacional diferente: com fortes partidos socialistas tradicionais, muitas vezes os movimentos de mulheres se confundem com tais partidos, ou, então, como vemos no Serviço Nacional de Mulheres (SERNAM), os cargos daquela burocracia podem ter continuidade mesmo que se passe de um governo de Pinochet para um outro de natureza democrática. Claro, Michelle Bachelet, principalmente no seu primeiro mandato, levou feministas históricas para o SERNAM, elas se articulando com outros ministérios, realizando mudanças no mundo da aposentadoria, das creches para filhos de mães pobres, na luta contra o feminicídio. Embora muitas semelhanças, os três países devem ser vistos contextualizando historicamente seus avanços e desafios.



Ato 'Ni una menos', em frente ao Congresso Nacional de Buenos Aires, na Argentina, em outubro de 2016 (Foto: Natacha Pisarenko/AP)

Quais características do nosso feminismo levam a essas diferenças?

O nível de institucionalização. O diálogo intra e inter movimentos, ONGs, redes de articulação, como a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial das Mulheres. Um dos momentos em que tal realidade se expressou foi na Conferência Nacional de Mulheres, nas várias delas. Ali havia representantes de todos os níveis para discutir quais políticas deveriam ser prioritárias para a melhoria do status das mulheres.

Quais as diferenças entre o feminismo na América Latina e o de outras regiões periféricas do mundo?

Poderíamos dizer que, como outros movimentos da sociedade, as organizações internacionais como a das Nações Unidas e Fundações público-privadas, em todo o mundo, dão suporte aos movimentos de mulheres. Mas a história conta muito: nos países com maior envolvimento da população na política tendem a ter feminismos mais densos e organizados. Se a Europa atravessou dois séculos de conflito político e social, as mulheres junto na construção democrática, por que elas não teriam forte influência nos arranjos do Estado de Bem-estar Social? Como é preciso admitir, apenas a democracia eleitoral não dá conta da representatividade dos "menos iguais".

Costuma-se dizer que o Chile é o único país da América Latina em que o feminismo “funciona”. O que você acha disso?

Não concordo. Discutimos isto muito em nosso livro e durante nossas reuniões de pesquisa. Talvez a contabilidade pública faça mais alarde de suas respostas aos movimentos feministas, como discutíamos durante o trabalho: um funcionário público contabiliza um bolsa-família como sendo um atendimento à autonomia das mulheres. Isto acontece e se não for pela *accountability* vertical dos movimentos, os governos podem nos enganar.

No livro, há apenas um autor homem, José Eustáquio Diniz Alves. Como você vê a participação masculina no movimento feminista?

Temos muitos parceiros homens nos movimentos feministas, principalmente na geração mais jovem. Entre acadêmicos, ativistas de movimentos, pessoas que se socializaram nos anos mais recentes. Os homens começaram a entender que feminismo quer dizer direitos humanos, é muito positivo nas famílias porque as discriminações desequilibram os relacionamentos e todo mundo perde. Por exemplo, quem ganha com a proteção universal da saúde da mulher? Todo mundo.

Como você vê a apropriação do feminismo e de outras lutas por direitos sociais pela publicidade, artistas pop e marcas em geral?

Só fortalece o movimento. Quanto mais comunidades organizadas, mais democracia para a construção de um país menos violento e desigual.

A prostituição é uma questão espinhosa dentro do feminismo, já que algumas vertentes defendem sua legalização e outras, sua criminalização total. Como você vê essa questão dentro da América Latina?

A prostituição é um tema espinhoso sim. De um lado, é o direito de autonomia sobre seu corpo; de outro, uma luta pela sobrevivência. No período do Ministério de Políticas para as Mulheres no Brasil, o combate à prostituição e principalmente no recrutamento de jovens para trabalhar em

outros países, crimes continuamente realizados por máfias da prostituição, foi possível contar com financiamentos que apoiavam o combate apontando para alguma solução. Havia mesmo a adesão de outras áreas ministeriais, como o Ministério das Relações Exteriores que faziam parceria com os movimentos de mulheres. É uma luta histórica e de difícil solução. É preciso muito investimento social.

Com um retorno ao conservadorismo, é possível que todo o avanço das últimas décadas, que vocês mencionam no livro, tenha sido em vão?

A história é feita de ciclos e agora é um momento áureo do conservadorismo em todas as áreas. Os preconceitos afloraram com muito mais intensidade agora, se compararmos com o pós-guerra, quando um sentimento de solidariedade foi necessário para a reconstrução dos países destruídos. Uma parcela das sociedades, independentemente da época, é conservadora, não aceita o outro, o diferente. Mas agora parece que estamos vivendo um retorno aos valores de profundas diferenças de classe, como antes da vitória da burguesia sobre a aristocracia. As diferenças valorativas estão explícitas e se não trabalharmos para regimes políticos e sociedades mais tolerantes e democráticas, vamos retrocedendo. Esperamos que o feminismo ajude a construir maior universalismo e solidariedade nas relações humanas.